

ATA Nº 12/01 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente às dezenove horas na SMS, a plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da ata nº 11/01 ; 2) Informes Gerais; 3) Curso de capacitação dos agentes comunitários de saúde ACS na promoção do uso correto de medicamentos;4) Saúde Solidária. Conselheiros presentes: Humberto José Scorza, Roberto Heinzelmann, Nei Carvalho, Cléia Neuberger, Paulo Ricardo S. Barbosa, Janete Mengue da Silva, Ione T. Nichele, Luigia Dalla Rosa, Salimem Grigolo, Zilda de Moraes Martins, Maria Ivone Dill, Valdívia Gonçalves Lucas, Maria Leda P. da Silva, Sônia Mansur, Lâmia Abouzahr, Sylvia Fonseca, Paulo Renato Viaro, Paula Andréa Fiori, Marisa Martins Altamirano, Rosângela Gomes Schneider, Stella Torresan Graef, Maria Lectícia de Pelegrini, Jorge Abib Cury, Leda Solange Fantinelle. Visitantes: Roque Leonardo Koehler, Rodrigo Maciel Amorim, Cristiano dos Santos Samuel, SMS: Nélia Elenar Machado, Paulo Ricardo Silveira Barbosa, Sônia R. Coradini, Gersi Salete Rodrigues, , Giovana Roehe Monteiro, Maria Letícia de O. Garcia, Ana Lúcia Pinheiro, Maria Lúcia Baldasso, HPB: Neusa Bertoldo Siqueira, SES: Teresinha A. Maraskin, AFM: Juracy Correa, SETEC: Luiz Antonio Domingues, Jane Pilar e Sílvia Martins.

1) Leitura e aprovação da ata nº 11: Conselheira Ione fez a leitura da mesma. Conselheiro Salimem pediu esclarecimentos referente aos valores na linha 40. Foi-lhe dito que o plano de aplicação encontra-se a disposição no Conselho de todos os interessados. Em seguida a ata nº 11 foi aprovada com 17 votos a favor e 05 abstenções. 2) Informes Gerais: IV Conferência Municipal de Assistência Social : Sra. Sílvia Martins informou que as 16 pré-conferências ocorrerão através dos CRAS e regiões do O.P. no período de 30/06 à 28/07. II rodada da temática de Saúde e Assistência Social do O.P. Conselheiro Nei informou que a plenária será dia 12/07, às 19hs, no Centro Municipal de Educação do trabalhador Paulo Freire, Av. Jerônimo Coelho, 254. IV Fórum Municipal do Idoso, promovido pelo Conselho Municipal do Idoso: Conselheira Maria Ivone convidou para o evento que acontecerá dia 12/07 na ALERGS é preparatório à I Conferência Estadual do Idoso. Posse do novo Coordenador do C.S. Bom Jesus: 10/07 às 11:30, quem assumirá será o médico Augusto Capeletti. 3) Curso de capacitação dos agentes comunitários de saúde (ACS) na promoção do uso correto de medicamentos: enfermeira Sônia da coordenação do PSF explicou que Porto Alegre foi escolhida junto com mais nove municípios para realizar o teste piloto do curso. Foram capacitados 3 profissionais ligados ao PSF e a assistência farmacêutica para serem os facilitadores. A Escola de Saúde Pública do RS, através do pólo de capacitação será parceira com a função de planejar, acompanhar e avaliar a aplicação da metodologia. Serão capacitados 60 ACS das 30 equipes de PSF, que passarão a orientar a comunidade quanto ao armazenamento domiciliar de medicamentos, a utilização correta e orientar quanto aos riscos da automedicação. A metodologia é baseada em problemas e é participativo. Conselheiros Rosângela Gomes, Salimem e Leda questionaram respectivamente se este trabalho não extrapolaria a função do ACS e qual o nível de instrução do agente. Enfermeira Sônia respondeu que no Estado está bem definido qual o papel do agente e que esta capacitação permite ter um outro olhar a partir do conhecimento adquirido. Para ser ACS é necessário saber ler, escrever e ser alfabetizado. Conselheira Maria Lectícia complementou dizendo que informação não é risco. Conselheiro Deoclides elogiou a realização do curso e considerou que isto melhorará os indicadores de saúde na cidade. Conselheiro Jorge Cury fez a leitura do parecer 17: “A Secretaria Técnica-SETEC, em 02/07 tomou conhecimento do curso de capacitação dos agentes comunitários de saúde na promoção do uso correto de medicamentos, a proposta foi apresentada pela Coordenadora da Política de Assistência Farmacêutica da SMS, foi detalhado os objetivos do curso, a estrutura e o método que será utilizado. A SETEC considerou-o adequado a Política Municipal de Saúde e recomenda a

50 sua aprovação.” , este foi aprovado com 19 votos a favor e 03 abstenções. 4) Saúde
51 Solidária: O Coordenador Humberto relembrou o fluxo que este Conselho estabeleceu para
52 apreciar o relatório. Os prestadores devem remeter com 15 dias de antecedência para o
53 CMS e o gestor. A Secretaria Técnica (SETEC) analisa os relatórios já com o parecer do
54 gestor e após o parecer da SETEC estes vem para deliberação da plenária. Em seguida
55 passou para o Conselheiro Jorge Cury fazer a leitura dos pareceres emitidos, após análise
56 dos relatórios do mês de maio dos hospitais N.Sra. da Conceição, Fêmeina, Cristo Redentor e
57 Instituto de Cardiologia. Parecer nº 18: “ A Secretaria Técnica-SETEC, em reunião realizada
58 dia 02/07, ratificou o parecer do gestor referente aos relatórios de atividades do mês de maio
59 dos hospitais : Cristo Redentor, Fêmeina, Nossa Senhora da Conceição e Instituto de
60 Cardiologia. A SETEC recomenda a aprovação dos mesmos.”, foi aprovado com 18 votos a
61 favor , uma abstenção e um voto contrário. Conselheira Maria Lectícia, Coordenadora da 1ª
62 CRS explicou que o Projeto Saúde Solidária visa qualificar a rede de atenção à saúde do RS,
63 tendo em vista que a assistência hospitalar é um importante elemento da garantia da
64 integralidade da atenção. Observou que faltava uma política para este segmento e a forma
65 de financiamento do Governo anterior era dada pelo “Projeto mãos dadas” que privilegiava a
66 capacidade das instituições arrecadar cupons e não o seu comprometimento com o
67 atendimento das necessidades do SUS. O objetivo do Projeto é fortalecer, qualificar e
68 integrar a rede hospitalar própria e vinculada, reorganizando e adequando a assistência
69 hospitalar no Estado, para os princípios e diretrizes do SUS. Foram estabelecidos alguns
70 requisitos comuns tais como: disponibilizar 60% de cada um dos seus serviços ao SUS;
71 garantir gratuidade e universalidade; assumir o compromisso de participar das campanhas
72 eletivas do SUS no âmbito da sua complexidade e implantar cirurgias eletivas na rotina a
73 certos formulários de referência que venham a ser implantados para o controle do projeto;
74 possuir alvará sanitário; encaminhar mensalmente ao CMS, gestor municipal e CRS relatório
75 que contenha: listagem de usuários referenciados com município de origem e procedimento
76 realizado, nº de usuários atendidos; procedimentos realizados, encaminhamentos a outros
77 serviços e outros indicadores a serem pactuados. A classificação dos hospitais feita através
78 da resolução CES 81/2001. A distribuição dos recursos no ano 2000 ficou assim: para
79 hospitais macro ou especializados: 38% internações e 60% dos recursos; regionais: 23%
80 internações e 19% dos recursos; micro: 27% internações e 15% dos recursos; Locais: 12%
81 internações e 6% recursos. Após a explanação os conselheiros Rosângela e Salimem, Ana
82 Boll, Deoclides e Lâmia questionaram respectivamente sobre a estrutura do parecer da
83 SETEC, este deveria ser mais detalhado para subsidiar melhor os conselheiros. A SETEC
84 deveria ser paritária de acordo com a composição do Conselho e trazer os dados analisados
85 para garantir a transparência de seus pareceres. O Município poderia propor outros
86 indicadores além dos que já contidos no relatório; como por exemplo pactuar com o
87 prestador a compra de artroscopia, já que este exame hoje é oferecido pelo SUS por apenas
88 um prestador. A outra preocupação é que os relatórios vem de forma irregular, tem prestador
89 que está contemplado no projeto mas não manda relatório todos os meses. Qual a origem
90 dos recursos do Projeto Saúde Solidária . Dr. Júlio ressaltou que o Projeto ainda é novo;
91 para a realidade de Porto Alegre que tem grandes hospitais e tem estrangulamento em
92 traumato e oftalmo e nestas áreas o gestor poderia incidir porque tem demanda reprimida.
93 Conselheira Maria Lectícia respondeu que os recursos são do tesouro do Estado. O
94 Ministério da Saúde está lançando o projeto Integra SUS, que tem muita semelhança com o
95 Saúde Solidária. Considerou importante a preocupação deste Colegiado no sentido de
96 discutir outros indicadores a serem pactuados baseados nos estrangulamentos. Sr. Roque,
97 representante do Instituto de cardiologia, destacou a relevância deste projeto, que está
98 tendo um bom impacto junto aos prestadores. Reclamou dos valores pagos pela tabela do

99 SUS. Dr. Júlio ressaltou que um hospital da complexidade do Instituto de Cardiologia, o valor
100 médio AIH é R\$ 3.000,00. Conselheira Lâmia destacou que é importante a interlocução entre
101 profissionais e usuários e a difusão das informações. Aproveitou para convidar todos para o
102 seminário sobre a implantação da emergência no Hospital Parque Belém em 11/08/01.Dr.
103 Júlio propôs que o Conselho aponte para a composição de novos indicadores baseado nas
104 necessidades de atendimento em Porto Alegre. Pauta da próxima reunião: Discussão sobre
105 obesidade mórbida e Contrato de metas com o Banco de Olhos. Nada mais havendo a tratar
106 a reunião encerrou-se às 21:30.

107

108

109

Humberto José Scorza
Coordenador CMS/POA

110

111

Jane Pilar

Secretaria Executiva

Ata aprovada na reunião do plenário de 19/07/2001.